


**FORMAÇÃO PARA QUEM CUIDA: A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR DE UMA CIDADE DO ESTADO DO CEARÁ**

**TRAINING FOR CAREGIVERS: THE IMPORTANCE OF QUALIFICATION FOR
SCHOOL SUPPORT PROFESSIONALS IN A CITY IN THE STATE OF CEARÁ**

**FORMACIÓN DE CUIDADORES: LA IMPORTANCIA DE LA CALIFICACIÓN DE LOS
PROFESIONALES DE APOYO ESCOLAR EN UNA CIUDAD DEL ESTADO DE CEARÁ**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n2-103>

Data de submissão: 23/01/2026

Data de publicação: 23/02/2026

Mariana Estácio Martins

Especialista em Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado

Instituição: Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)

E-mail: mariana.martins@aluno.uece.br

Antonio Wadan Gomes Cavalcante

Mestre em Educação

Instituição: Instituto Federal do Ceará

E-mail: wadan.cavalcante@uece.br

RESUMO

O presente estudo discute a formação dos profissionais de apoio escolar (cuidadores) da rede municipal de ensino de uma cidade do estado do Ceará. Além disso, tem por objetivo compreender aspectos relativos ao papel do apoio escolar, a importância da capacitação profissional e as políticas públicas desenvolvidas no município no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência. A metodologia empreendida neste trabalho, de início foi uma pesquisa bibliográfica, em que se pode compreender o papel do apoio escolar em uma perspectiva histórica, e também normativa, pois através das legislações foi possível considerar que existem significativos avanços, tanto no sentido nacional, quanto a nível do município campo da pesquisa. Os principais marcos teóricos são: Matos (2022), Silva (2020), Oliveira (2020), a Lei de Diretrizes e Bases (1996), Constituição Federal (1988) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Para que se chegasse a essas conclusões relativas ao município em questão, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter qualitativa e quantitativa, com o objetivo de mapear melhor o perfil dos profissionais que atuam como apoio escolar, como também de poder realizar uma escuta interventiva, onde os profissionais pudessem fazer indagações e reflexões acerca da sua função.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Escola. Inclusão. Apoio Escolar.

ABSTRACT

This study addresses the importance of qualified professional training for school support staff, emphasizing professionals working in the municipality of CE. Its objective is to understand aspects related to the role of school support, the importance of professional training, and the public policies developed in the municipality regarding the inclusion of people with disabilities. The methodology employed in this work began with bibliographic research, allowing for an understanding of the role of school support from a historical and normative perspective, as legislation reveals significant progress both nationally and within the municipality, the field of study. Using as main references

Matos (2022), Silva (2020), Oliveira (2020), the Law of Guidelines and Bases (1996), the Federal Constitution (1988) and the Brazilian Inclusion Law (2015), a qualitative and quantitative field research was carried out to arrive at these conclusions regarding the municipality in question. The objective was to better map the profile of professionals working in school support, as well as to conduct an interventional listening session where professionals could ask questions and reflect on their role.

Keywords: Person with a Disability. School. Inclusion. School Support.

RESUMEN

Este estudio analiza la formación de profesionales de apoyo escolar (cuidadores) en la red municipal de educación de una ciudad del estado de Ceará. Además, busca comprender aspectos relacionados con el rol del apoyo escolar, la importancia de la formación profesional y las políticas públicas desarrolladas en el municipio para la inclusión de personas con discapacidad. La metodología empleada en este trabajo consistió inicialmente en una investigación bibliográfica, lo que permitió comprender el rol del apoyo escolar desde una perspectiva histórica y normativa, ya que la legislación reveló avances significativos, tanto a nivel nacional como en el municipio donde se realiza esta investigación. Los principales marcos teóricos son: Matos (2022), Silva (2020), Oliveira (2020), la Ley de Directrices y Bases (1996), la Constitución Federal (1988) y la Ley de Inclusión Brasileña (2015). Para llegar a estas conclusiones en relación con el municipio en cuestión, se realizó una investigación de campo cualitativa y cuantitativa con el objetivo de definir mejor el perfil de los profesionales que trabajan en apoyo escolar, así como de realizar un ejercicio de escucha interventiva donde los profesionales pudieran formular preguntas y reflexionar sobre su rol.

Palabras clave: Persona con Discapacidad. Escuela. Inclusión. Apoyo Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente ampliação e a democratização do acesso às pessoas com deficiências ao ambiente escolar, crianças com transtornos e deficiências vêm sendo inseridas com mais frequência nos contextos escolares. A partir do momento em que essas crianças são inseridas nos processos escolares, se torna indispensável dispor de meios que proporcionem o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo, bem como, promover uma aprendizagem significativa.

Nesse sentido, com o intuito de auxiliar essas crianças que necessitam de um suporte pedagógico mais específico, surge a figura do profissional de apoio escolar – conhecido como cuidador escolar – sendo ele um sujeito responsável por sanar as necessidades biológicas, pedagógicas e, muitas vezes, regulação emocional do estudante. A função do profissional de apoio escolar é de demasiada importância, pois ele desempenha um papel primordial de inclusão, porém, para desempenhar tal função, assim como outras, é necessário que o profissional se qualifique e tenha conhecimentos acerca do trabalho que será desenvolvido, junto ao professor dentro e fora da sala de aula.

Em contrapartida à presença dos apoios escolares dentro das salas de aula, emerge um questionamento: qual a formação que estes trabalhadores precisam para acompanhar estudantes com deficiência? Uma vez que não existem exigências em relação à sua formação profissional e qualificação, e o seu papel escolar se confunde, o que colabora para um cenário de desqualificação na execução do trabalho e no desenvolvimento de ações mais efetivas que contribuam para o desenvolvimento significativo do aluno e sua inclusão. Por exemplo, o cuidador que acompanha um aluno com autismo nível 3 que depende de diversos suportes, neste caso, o apoio precisa saber e conhecer estratégias de inclusão para aquele aluno, as formas que podem atrair a sua atenção, que melhor ajudam na regulação dentre outras questões.

Nesse mote, a partir de experiências pessoais, nota-se que os apoios têm desempenhado diversas funções no ambiente escolar: acompanhar os alunos com deficiência em suas necessidades, apoiar o professor, dar suporte em outros espaços da escola na ausência do aluno que ele acompanha, manter contato com a família, são apenas algumas das muitas ações, temos consciência de que o papel destes profissionais é de possibilitar a permanência do aluno em sala, as atividades pedagógicas destinadas aos apoios são consequências de um sistema que ainda não legiferou sobre a causa de maneira mais clara e transparente.

A profissão de apoio escolar ainda não é regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “A maioria desses profissionais ingressam no serviço público, na atualidade, sob regime de contratação temporária, ou seja, sem perspectiva e continuidade para o exercício profissional”. (Lima,

2018, p. 126). A rotatividade de profissionais na educação inclusiva de crianças com deficiência, tem gerado um descompasso entre o número de alunos com deficiência que ingressam nas escolas e o número de estudantes que permanecem e conseguem concluir todas as etapas da educação básica. Esse declínio é gerado pelo fato de que a cada início de ano letivo as famílias não veem segurança nas redes de ensino pelo fato de que os cuidadores, quase sempre, são os últimos profissionais a serem contratados, o que acaba atrasando o ano letivo dos estudantes e, conseqüentemente, as famílias deixam de levar seus filhos às escolas por conta da desmotivação gerada pela carência de apoios no ambiente escolar.

Tendo em vista os fatores supracitados, pode-se observar a precarização do trabalho desse profissional, que não tem apoio no desenvolvimento de suas atividades e também não desfruta de treinamentos e qualificações o suficiente para que consiga desenvolver com mais qualidade o seu trabalho. Para Freire (2019, p.103):

O cuidador é, também, um agente de transformação, pois possibilita uma mediação entre o conhecimento historicamente construído e passado em sala pelo professor ao educando com base em seu acompanhamento, pois é com eles que as crianças costumam tirar dúvidas e demonstrar suas dificuldades. Freire et al (2019, p.103).

É de suma importância que o cuidador reconheça seu papel e tenha consciência ao exercer sua função. O desconhecimento das atividades pedagógicas pode gerar um conflito no momento de apoiar o professor no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas. Tendo em vista que muitos cuidadores não reconhecem sua função dentro do contexto escolar e, na maioria das vezes, não existe um momento de formação sobre as ações que devem ser desempenhadas.

Nessa perspectiva, Gabatz (2016) advoga que o profissional de apoio escolar é um ator imprescindível que têm grande importância no processo de ensino e aprendizagem. Para que esse sujeito desenvolva sua função de apoiar, orientar, guiar e incluir os alunos, é necessário que ele tenha uma qualificação profissional, para que, assim, ele consiga promover o conhecimento e facilitar diversos momentos que ocorrem dentro da escola para o estudante, além disso, a formação para esses profissionais se faz imprescindível pela fato de que ele terá maior segurança para lidar com os diversos perfis de estudantes dentro da sala de aula, desde a entrada, alimentação, hora de fazer as necessidades biológicas, suporte nas atividades pedagógicas – quando necessário - e até a sua saída no momento em que é recebida pelos seus pais.

Segundo Oliveira (2020), o profissional de apoio escolar tem um papel fundamental na vida de um estudante com alguma deficiência física, intelectual e/ou algum tipo de transtorno específico. No que diz respeito ao cenário atual das redes de ensino, o profissional de apoio escolar deve atuar em

diversas atividades, auxiliando os discentes que precisam dos seus serviços, garantindo a inclusão no espaço escolar e avanços na aprendizagem destes.

Desse modo, o profissional de apoio escolar precisa de uma formação sólida, que contemple os diversos aspectos da inclusão escolar do estudante, para que possa exercer sua função com êxito, agregando desenvolvimento às crianças.

Na dimensão do cenário atual do município em que a pesquisa foi realizada, situada na microrregião dos Sertões de Crateús, a 316 km da capital de Fortaleza - CE, com uma população com cerca de aproximadamente 30.699 habitantes, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse cargo tem sido implantado nas escolas de forma mais acelerada, devido ao aumento de crianças matriculadas na rede municipal de ensino com laudos que exigem um acompanhamento mais específico

Na maioria das vezes, em sintonia com França (2020), os profissionais que atuam na função não têm nenhum conhecimento sobre o que deve fazer, como se posicionar e agir frente ao perfil do estudante que ele acompanha e que exige um suporte específico, em que o principal objetivo deveria ser incluir essa criança no contexto da sala de aula e proporcionar o aprendizado.

Em suma, é notório a importância de saber lidar com os processos de desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial da criança que passa por diversas fases e cada uma exige um nível de profissionalismo e conhecimento para saber lidar com cada criança, bem como com suas especificidades, tendo em vista que o papel da escola é proporcionar experiências exitosas aos educandos, de ensino e a aprendizagem, de modo que precisa ser um ambiente onde as crianças sintam prazer em ir e não medo e/ou pavor.

Dessa forma, a pesquisa em tela tem como objetivo principal debater a importância da qualificação do profissional de apoio escolar, no tocante ao desenvolvimento do seu trabalho dentro do ambiente escolar. Em relação aos objetivos específicos, eles consistem em:

- Analisar a função do profissional de apoio escolar à luz de alguns documentos oficiais;
- Conhecer a importância da qualificação profissional do profissional de apoio escolar para a sua prática;
- Conhecer o perfil profissional de alguns apoios da rede municipal de ensino em questão.

No contexto da pesquisa, o campo de atuação dos profissionais está na educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, totalizando um quantitativo de 210 cuidadores, a superintendente responsável por tais informações afirmou que o expressivo número de apoios vai ao encontro da necessidade das instituições escolares.

2 PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO E DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

A partir da análise do percurso histórico da inclusão de crianças com deficiência na escola, pode-se compreender que já houve uma evolução de demasiada significância. Nesse sentido, ao fazer um resgate histórico, pode-se notar que antes as crianças que tinham algum tipo de deficiência eram vistas como seres anormais, doentes, que não se enquadravam no padrão da social convencional. Segundo Silva (2018, p.15)

No período da Idade Média, o infanticídio de deficientes era natural; a Igreja condenava essas atitudes, contudo, ao mesmo tempo, acreditava que as anormalidades que as pessoas com deficiências possuíam eram provenientes de causas sobrenaturais (Silva, 2018, p.15)

Vilaronga (2022) explica que na idade Média, ainda não havia um íntegro entendimento sobre a inclusão, as pessoas com deficiência não eram vistas sob uma ótica sensível que necessitavam de apoio, às pessoas eram taxadas como “sobrenaturais”. No período do renascimento, houve certos avanços, passou a surgir profissionais interessadas em desenvolver políticas de suporte, às quais estavam mais voltadas para os cegos e surdos, como é o caso da médica Maria Montessori e Jean Itard.

Na era pré-cristã e na cristã, as crianças com deficiência eram abandonadas pelos pais nas igrejas, onde sofriam repressão e eram vistas como seres “anormais”. Silva (2018) afirma que “essas crianças eram abandonadas na maioria das vezes em igrejas, onde eram criadas pelas freiras”.

Ainda de acordo com Silva (2018), no século XVII, os colonos portugueses trouxeram para o Brasil o modelo de “roda dos enjeitados”, a qual era um local de assistência criado com o intuito de abrigar crianças abandonadas, onde elas eram mesmas eram expostas a essa roda e ficavam abandonadas, as freiras da época cuidavam dessas crianças.

Mais adiante, em 1913 passou a ser implementada uma escala de inteligência, que sua finalidade era medir a inteligência das crianças em paralelo com a idade. (Monarcha apud Kassar, 2011, p.63) nos diz que:

no Brasil, tal escala foi aplicada sob a orientação de Clemente Quaglio (1872-1948), na capital paulista. Os resultados foram publicados na obra A solução do problema pedagógico social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil, em 1913. A preocupação em identificar “normais” e “anormais” foi difundida na ciência médico-pedagógica de vários países. (Monarcha apud Kassar, 2011, p.63)

Esses testes serviam para segregar os normais aos anormais, com formação de classes heterogêneas e especiais, a partir do resultado dos testes os professores organizavam as classes. (Kassar, 2011, p. 66) lembra que:

A preocupação científica de identificação e tratamento dos “anormais” também estava presente na formação de Helena Antipoff (1892–1974), que a partir dos anos de 1930, marcou a educação especial brasileira. Em 1932, Helena Antipoff, que veio para o Brasil a convite do governo de Minas Gerais, criou a Instituição Pestalozzi de Minas Gerais. Esse Instituto impulsionou a educação especial naquele estado e influenciou as ações ligadas à educação em todo o país. À época, as crianças deveriam ser agrupadas seguindo critérios estabelecidos pela aplicação de testes de inteligência. (KASSAR,2011, p.6)

Esses testes faziam com que as classes fossem formadas a partir da capacidade do aluno, e isso resultava em uma divisão que promovia a exclusão, de modo que nem todos os alunos conseguiam expressar suas habilidades em testes dessa natureza, mais especificamente uma criança com deficiência intelectual, ou com algum transtorno associado ao déficit de atenção e dificuldade de compreensão.

Ainda no que tange os testes de inteligência, mesmo já havendo turmas mistas, compostas por estudantes com deficiência e não deficientes, ainda existiam iniciativas que segregavam a educação, bem como, havia defensores que desenvolveram esse trabalho. Uma dessas figuras foi Helena Antipoff, que em 1932 veio para o Brasil e criou a instituição Pestalozzi em Minas Gerais, as ideias criadas nesse instituto foram referência para todo país. E nessa perspectiva, a tese do ensino que segregava as classes se propagava ainda mais, seguindo os critérios estabelecidos pelos diversos testes de inteligência.

Kassar (2011, p. 67) nos lembra que no século XX começou a haver um movimento voltado para a criação de instituições privadas, compostas pelos pais e pessoas que estavam no envolvimento da educação inclusiva. “Essas instituições acabaram ocupando um lugar de destaque na Educação Especial brasileira, chegando a confundir-se com o próprio atendimento público, aos olhos da população, pela gratuidade de alguns serviços.” Com a expansão desses atendimentos e a ampliação da instituição, outros estados brasileiros aderiram e fundaram suas associações Pestalozzi.

No mesmo século, ocorreram diversos movimentos e iniciativas na Educação Inclusiva. De modo que nesse período, entre o século XIX e o século XX foi considerado uma nova fase da educação, voltada para pessoas com deficiência, vale salientar, que neste período surgiram vários médicos e pedagogos que desenvolveram teorias e metodologias mais direcionadas aos estudantes com deficiência. Uma delas, foi Maria Montessori, responsável pela teoria de manipulação de objetos que é:

[...] um treinamento baseado na manipulação de objetos concretos, destinado às crianças com deficiência intelectual no qual o ambiente é adaptado aos pequenos, no tamanho deles, para possibilitar a sua utilização. Buscando atividades que servem na prática para auxiliar o desenvolvimento motor, estimulando as habilidades necessárias para o dia-a-dia. Trabalhando com o contato material dos objetos, para estimular os sentidos específicos.” (SILVA, 2018, p 18-19)

Ainda hoje, as teorias montessorianas estão presentes em nossa sociedade, como também, na educação.

Nessa mesma perspectiva, no Brasil na década de 70, após diversos embates sobre incluir e integrar as pessoas com deficiência, e institucionalização, foi criado em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Todavia, ainda houve nesse período, e nos anos 80, grandes movimentos de luta no sentido de integrar as pessoas com deficiências com as pessoas “normais”. E, não obstante, essa luta reverbera até os dias atuais.

Matos e Simplício (2022) relatam que no século XXI, conforme o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), de 2022, aponta um significativo avanço nas matrículas de alunos com deficiência em sala de aula regular na educação infantil. Comparando com o censo anterior, que apontou o índice de 106.853 alunos matriculados, em 2022, o índice se elevou para 174.771 estudantes, o significativo aumento é resultado da implementação de políticas públicas que visam garantir a inclusão, permanência e o desenvolvimento da aprendizagem desses estudantes nas instituições de ensino.

Mesmo com essa evolução, ainda existem iniciativas que buscam retroceder a educação inclusiva, como em 2018, em que o presidente do Brasil, Michel Temer, propôs uma atualização na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em que o principal objetivo dessa “atualização” era retomar as classes e escolas especiais, corroborando com um significativo retrocesso, na separação dos alunos com deficiência.

Pode-se compreender, que a educação inclusiva percorreu e ainda percorre um caminho de lutas e avanços, e sua mudança está atrelada ao contexto atual, assim como toda educação que se move a partir do cenário estabelecido e, em momentos históricos, por ideologias marcadamente contrárias à inclusão.

2.1 COMO SURGIRAM OS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR “CUIDADORES”?

Para a consolidação da implementação do apoio nas escolas, foi trilhado um longo caminho, que ainda busca se estabelecer de maneira mais efetiva no atual cenário educacional, de modo que ainda existem muitos embates acerca do papel do profissional de apoio escolar, da maneira como ele deve agir e das formas de inclusão que precisa promover com o estudante que ele acompanha. A

presença do apoio dentro da escola é de suma importância, tendo em vista todo o auxílio que ele irá prestar ao discente, bem como ser um agente ativo da inclusão escolar.

Nesse contexto, o papel do profissional de apoio escolar emerge dentro de circunstâncias econômico-sociais de mães que precisavam trabalhar, porém não tinham com quem ou onde deixarem seus filhos, tampouco, tinham condições de pagarem secretárias para cuidarem das crianças. Assim, segundo Silva (2018):

Os cuidadores surgiram a partir das necessidades encontradas nas instituições de ensino que atendiam de forma assistencialista as crianças das mães trabalhadoras de classes desfavorecidas, pois com a inserção das mulheres no setor fabril, podemos notar a necessidade de espaços destinados a cuidar dessas crianças. Com as políticas públicas educacionais, o cuidador escolar passou a ocupar um lugar relevante no contexto da educação, e no acompanhamento da pessoa com deficiência. (Silva, 2018, p.31-32)

Nessa perspectiva, é possível compreender que o cuidador surgiu a partir de uma necessidade da social de mães, como por exemplo, no período da industrialização, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, figura que antes prestava serviços somente para seu lar, foi necessário desenvolver espaços adequados para as crianças ficarem durante a jornada de trabalho da mãe. Mesmo com esse avanço de institucionalizar espaços, as crianças com deficiências não eram incluídas nesses ambientes, pode-se dizer que nesse contexto histórico elas ainda não tinham sido vistas como seres que faziam parte da sociedade.

Após a criação e aprovação de leis, como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Declaração de Salamanca, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Educação Especial, o cuidador passou a integrar o ambiente escolar e, conseqüentemente, contribuindo para uma significativa inclusão das crianças com deficiência ou algum transtorno. Essa inclusão se perpetua por todos os níveis e etapas de ensino, de modo que o estudante tem o direito de receber esse auxílio durante todo seu período estudantil.

O profissional de apoio escolar é um agente indispensável no processo de inclusão, a partir do entendimento por parte das autoridades que esse profissional é importante dentro do ambiente escolar surge, assim, a ampliação de leis e políticas que respaldam sua atividade, conforme (Silva, 2018. p.32):

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), consta a presença do cuidador escolar como parte integrante dos serviços especializados para auxiliar as crianças com deficiência. A função do cuidador escolar está atrelada às atividades de higiene, locomoção e alimentação. (Silva, 2018. p.32)

De tal forma, fica explícito que o cuidador é uma figura importante no processo de inclusão e permanência da pessoa com deficiência no ambiente escolar e que o percurso trilhado até aqui tem demasiada contribuição e evolução, todavia, mais iniciativas precisam ser tomadas para que sua profissão seja desenvolvida com qualidade e valorização.

3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO CEARENSE

Sob outro enfoque, na perspectiva do cenário da cearense já descrita, campo desta pesquisa, os direitos das pessoas com deficiências é motivo de debate e discussões nos diversos âmbitos: educacional, social, econômico e previdenciário, com o intuito de proporcionar melhorias para os estudantes que necessitam de políticas públicas diferenciadas e atendimento especializado nas escolas.

No município em questão, foi criado em 14 de setembro de 2021 o decreto municipal 077/2021, que decreta a criação do programa meu mundo colorido, que tem o objetivo de garantir e proteger os direitos das pessoas com deficiência. O programa consiste em reconhecer, incentivar e respeitar as pessoas com deficiências e os diversos transtornos globais do desenvolvimento.

Esse programa conta com um trabalho intersetorial que busca promover o desenvolvimento das crianças e adolescentes que possuem transtornos e/ou deficiências. Até o ano de 2024, o programa atendia 153 crianças e adolescentes diagnosticados com autismo, 31 pessoas diagnosticadas com surdez, 9 pessoas com síndrome de down e 10 com deficiência física. Essas ações são desenvolvidas semanalmente na sede do programa, as atividades são voltadas para o desenvolvimento cognitivo, físico e motor que consistem em natação, hidroginástica, hidroterapia e musicoterapia. Além dessas citadas, também ocorre os atendimentos multiprofissionais com psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeuta, nutricionista, assistente social, neuropsicopedagoga, terapeuta ocupacional e psicopedagoga.

A respeito do acompanhamento dos responsáveis pelas crianças/adolescentes, eles também podem usufruir desses serviços e devem participar dos momentos promovidos pelo programa. Os eventos promovidos pelo equipamento são geralmente em datas comemorativas, relativas aos transtornos e deficiências, como o setembro azul e abril azul, tendo em vista que nessas datas o objetivo é proporcionar uma visibilidade maior a causa e, conseqüentemente, conscientizar a população. Há também outras comemorações voltadas às datas sazonais, em que esses adolescentes e crianças são incluídas e estimuladas a interagir e se divertir.

O programa Meu Mundo Colorido, além de ofertar os serviços já citados, também realiza formações pedagógicas para as psicopedagogas que são lotadas nas salas de recursos multifuncionais

(SRM). No município em questão, há 8 salas de recursos em funcionamento e no total 10 psicopedagogas em campo até a data da realização da pesquisa.

Em relação a oferta de formações pedagógicas, o programa desenvolve minicursos no decorrer das jornadas pedagógicas para as professoras e também para os apoios escolares. As últimas formações para os apoios escolares foram mais voltadas para o reconhecimento das funções e atribuições do apoio no ambiente escolar. Em relação às professoras, a temática abordada se tratava de diálogos mais inclusivos e multiculturais, adaptados para a construção de um currículo inclusivo.

Por fim, no que diz respeito aos benefícios do programa, é proporcionado para as pessoas integrantes do programa um cartão que visa o acesso prioritário em serviços públicos e privados, conforme o artigo 4º do decreto municipal:

Garante ao seu portador ou ao responsável legal que esteja o acompanhando prioridade nos atendimentos preferenciais imediatos e individualizados, junto aos órgãos públicos e privados na prestação de serviços à população, instituições bancárias e similares, localizados no Município. (CE 077/2021)

Nesse contexto, é de suma importância decretos como este, pois, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência precisam de políticas públicas como essa, que visam a inclusão e a garantia de direitos. De tal maneira, para que iniciativas como essas fossem elaboradas foi necessário que houvesse leis e decretos anteriores defendendo e implementando políticas de assistência. Todavia, é necessário ressaltar que as pessoas com deficiência só passaram a ser reconhecidas depois de uma longa trajetória trilhada por defensores da inclusão.

4 METODOLOGIA

Antes de mais nada, deixaremos claro que este escrito é um recorte de um trabalho monográfico realizado no ano de 2024. A ocultação do nome do município onde a pesquisa de campo se materializou, foi uma orientação da banca, com o fito de não acarretar prejuízos sociais aos pesquisadores. O percurso metodológico da presente pesquisa é de cunho bibliográfico e de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Ambas, foram utilizadas com a finalidade de coletar dados de forma mais precisa e, sendo a última, mais objetiva. De imediato, foi realizada a revisão bibliográfica na Lei de Diretrizes e Bases, Constituição Federal e Lei Brasileira de Inclusão, as quais foram de suma importância para a construção da pesquisa, como afirma Batista (2021) apud Souza (2010), “A pesquisa bibliográfica é uma das melhores formas de iniciar um estudo, buscando semelhanças e diferenças entre os artigos levantados nos documentos de referência” [...].

Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi indispensável para que chegássemos ao campo, compreendendo os aspectos teóricos que embasam a educação inclusiva e o trabalho do cuidador.

No que tange a pesquisa de campo, ela consiste em ir diretamente ao sujeito, objeto da pesquisa, nesse caso, as escolas que foram espaços fundamentais para a consolidação de informações e reflexões que buscamos compreender. Consoante a Gonsalves apud Piana (2009):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, o ocorreu a reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (Goncalves apud Piana, 2009)

A pesquisa de campo tem caráter qualitativo e quantitativo, sendo imprescindível para que possa ser alcançado dados concretos da realidade da rede municipal de ensino, de modo que os dados foram garimpados a partir de conversas e diálogos durante os horários de planejamentos e registrados em caderno de campo. Conversamos com alguns apoios em busca de saber como foi o processo de seleção, a sua formação e a sua atuação dentro da escola onde está lotado.

A abordagem qualitativa e quantitativa, foi uma maneira de sistematizar, analisar e traçar o perfil dos apoios, através do levantamento dos dados foi-se concluindo, aspectos pertinentes ao resultado da pesquisa. Uma das impressões proporcionadas pela pesquisa de campo foi observar, de fato, aspectos relativos à formação acadêmica, capacitação e aptidão pela área. Em consonância com Teixeira (2005, p.137), “A pesquisa qualitativa tem como premissa aproximar a teoria dos dados da pesquisa, utilizando para tanto, a análise dos fenômenos através do modo como estes são descritos ou interpretados”. Assim, foi possível atrelar os conhecimentos adquiridos na pesquisa bibliográfica com as experiências observadas e relatadas nas escolas, que são dados imprescindíveis para fomentar a pesquisa. A abordagem quantitativa, traz consigo um viés sistemático, em que os dados se organizam matematicamente para demonstrar a teoria. Neste caso, a pesquisa se constitui quantitativa pelo fato de expressarmos, numericamente, a quantidade de sujeitos pesquisados. Paralelo a Martins (2016):

[...] a pesquisa de caracterização quantitativa concentra-se no levantamento matemático e estatístico para demonstração, enquanto que a pesquisa qualitativa orienta-se para observação do fenômeno, através de suas características conforme o meio em que ele acontece. [...]”. (MARTINS, 2016, p.4)

Nesse sentido, a pesquisa busca demonstrar a importância da formação e capacitação do profissional de apoio escolar, através da pesquisa de campo, de caráter qualitativa e quantitativa.

Como método de análise das informações colhidas nas escolas-campo a partir das entrevistas, nos valem da (ATD) Análise Textual Discursiva, que é uma importante técnica que utilizamos para

comparar, refletir e ponderar as vozes e narrativas dos sujeitos pesquisados. Essa sistemática de análise nos permite, ainda, reconstruir os significados dos fenômenos encontrados, à sombra do que reza um segundo elemento comparado na pesquisa, as legislações, por exemplo (Moraes; Galiazzi, 2016). Ainda nesta perspectiva, os autores asseveram que a ATD se consolida como um processo que envolve, primeiramente, a preparação dos achados, momento em que os textos são separados por unidades de significados. Posteriormente, na próxima etapa, é feita a categorização, em que o pesquisador busca articular os significados que se aproximam ou que se assemelham.

5 ACHADOS DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa ocorreu na Escola Sítio do Pica-Pau Amarelo (nome fantasia). A escola, no período da pesquisa, possuía 30 profissionais exercendo a função de apoio, os quais atuam nos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental. De início, foi conversado com 5 apoios que atuam em diferentes níveis de ensino. A conversa foi feita na própria escola e as cuidadoras responderam algumas perguntas subjetivas.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu na Creche Tia Anastácia (nome fantasia), a qual é uma das creches que mais possui apoios, sendo no total 30. A conversa foi desenvolvida individualmente, utilizando a mesma metodologia da escola anterior, todavia foi notado algumas discrepâncias entre as respostas das entrevistadas, bem como o perfil de cada uma. Vale ressaltar, que ambas as instituições selecionadas são as que mais possuem alunos com deficiências e transtornos.

Em relação a identificação das entrevistadas, nomearemos com as letras do alfabeto (A,B,C,D, e E) que são as profissionais que atuam na Escola Sítio do Pica-Pau Amarelo e as entrevistadas F,G,H,I, e J são profissionais da Creche Tia Anastácia. A partir do método ATD, compilamos muitos núcleos de respostas semelhantes, no entanto, não identificamos a autoria de todos, apenas de algumas que julgamos serem mais pertinentes para a pesquisa.

Não faremos a análise de cada tabela como foi feita no trabalho monográfico, no entanto, exporemos os achados da pesquisa de campo a partir das conversas com os apoios.

Tabela 1- Respostas dos apoios

Qual seu nível de formação?	
Entrevistada A	“Meu nível de formação atualmente é somente o ensino médio, mas estou cursando licenciatura em letras-português”
Entrevistada B	“Só tenho o ensino médio, e um curso de informática, não curso nenhuma faculdade”
Entrevistada C	“Não faço faculdade, eu só terminei o ensino médio completo”
Entrevistada D	“Tenho o ensino médio completo e estou cursando fisioterapia”.

Entrevistada E	“Eu já terminei o ensino médio, não sei para que área que pretendo ir, não sei se é a educação, ainda estou pensando, faz 3 anos que terminei meu ensino médio”.
Entrevistada F	“Faço faculdade, estou cursando a graduação de educação especial”
Entrevistada G	Eu tô cursando faculdade de letras, estou no 6º Semestre.
Entrevistada H	Tô cursando pedagogia, tô no primeiro semestre, comecei recentemente, no começo do ano.
Entrevistada I	Eu comecei a faculdade agora, estou no meu primeiro ano de letras e também já tenho outras formações que eu paguei, tipo para cuidadores, tenho de primeiros socorros Lei Lucas.
Entrevistada J	Tô cursando o nível superior, fazendo pedagogia.

Fonte: elaborada pelos autores.

Tabela 2- Respostas dos apoios

Há quanto tempo você atua como cuidadora?	
Entrevistada A	“Atuo como cuidadora há dois anos, sempre atuei aqui na escola Zilmar Mendes, geralmente mudo só o turno”.
Entrevistada B	“Tô no meu terceiro ano já como cuidadora”
Entrevistada C	“Três ano já, desde a primeira vez que comecei foi aqui”
Entrevistada D	“Deixa eu ver...5 meses, por aí”
Entrevistada E	“Sim, faz muito tempo que sou em 3 anos que trabalho como cuidadora.”
Entrevistada F	“Esse ano é meu terceiro ano que eu trabalho como cuidadora ”
Entrevistada G	“Faz dois anos que trabalho como cuidadora”
Entrevistada H	“Esse é meu segundo ano como cuidadora”
Entrevistada I	. Já vai fazer dois anos que trabalho como cuidadora”
Entrevistada J	Valha, faz tanto tempo, mais..São quatro anos.

Fonte: elaborada pelos autores

Tabela 3- Respostas dos apoios

Quais atividades você desenvolve na escola? Faz algum trabalho além de apoio?	
Entrevistada A	“Acompanho as atividades dentro de sala, auxílio, no intervalo, a gente sempre pratica jogos e eu tento sempre que colocar a aluna dentro das atividades com os outros colegas, que era difícil sabe...mais eu tentava incluir ela”
Entrevistada B	“Eu só acompanho o aluno dentro da sala..”
Entrevistada C	Eu auxílio o meu aluno, e às vezes quando tá precisando eu ajudo sim, no que precisar a gente ajuda, nos tempinho vago, a gente sempre trabalha, se a criança faltar a gente fica ajudando, até na cantina sabe...”
Entrevistada D	“Eu cuido da minha aluna, e se precisar de alguma ajuda né, fora parte, e quando minha aluna falta eu pego outra pra dá reforço, porque a gente também ajuda a dar reforço para outras crianças, né...”
Entrevistada E	Eu faço o que precisar, as vezes os meninos faltam aí eu ajudo aqui na secretaria, aí eu ajudo os meninos na sala, pego menino pra dá reforço...aqueles que tem mais dificuldade. ”
Entrevistada F	“Na creche a gente desenvolve... ajudo a criança que eu cuido, que tem necessidades específicas e também ajudo no desenvolvimento, nas tarefinhas das outras crianças não atípicas”.
Entrevistada G	“ Eu atuo mais como cuidadora, às vezes dou um auxílio a Tia na sala, mais só mesmo quando é necessário, eu fico mais com a minha criança. Ele não gosta de brincar, então eu tento ir nesse momento da brincadeira trabalhando com ele algo que ele tenha dificuldade, ele também tem muita preguiça, sente sono, por conta da medicação né...Mais quando ele não toma, ele vem mais esperto.
Entrevistada H	Eu só cuido da minha criança, faço as atividades com ele, trabalho muito a coordenação motora, e a tia também, ele também não fala, mais entende muito sobre tudo, ele tem 5 anos, aponta para tudo.”

Entrevistada I	A gente cuida da criança, na formação a gente é orientada a ajudar nas atividades, a fazer o nome dele, ajuda mais nas atividades, quando ele falta a aula eu fico acompanhando outros alunos na sala, também ajudo a professora a colocar as atividades no caderninho, corto e colo.
Entrevistada J	Assim, a gente fica com a nossa criança específica, nas formações eles explicam para a gente que temos que cuidar dos cuidados básicos da criança, para ajudar na alimentação. Só que no dia a dia a gente sabe que não é só isso, a gente ajuda na educação em si, no momento de fazer as atividades, tipo assim eu estou a mais tempo, e sempre confecciono um caderno só com atividades de coordenação motora e atividades que a gente vê que eles têm as dificuldades, junto com a Tia trabalhando as dificuldades dele, sendo um bem comum que é a coordenação motora.

Fonte: elaborada pelos autores

Tabela 4- Respostas dos apoios

Como foi o processo seletivo para que você se tornasse PAE¹ ?	
Entrevistada A	“Não, não fiz nenhum processo seletivo, fui indicada”
Entrevistada B	“Fiz sim, uma seleção...”
Entrevistada C	“Fui indicada por um vereador. ”
Entrevistada D	“Uma pessoa que me indicou”
Entrevistada E	“Fui indicada né”.
Entrevistada F	“Não, eu não precisei, por causa do PAIC, fui indicada porque já tinha feito parte.
Entrevistada G	“Não, foi indicação”
Entrevistada H	“Não fiz nenhum processo seletivo não. Entrei por indicação”.
Entrevistada I	“Eu entreguei a minha documentação e currículo na secretaria e eles avaliam as pessoas”.
Entrevistada J	“A gente entrega o currículo, a documentação...Eu lembro que no ano passado eu tive a entrevista com o secretário de educação, ele me fez perguntas e me chamou pra ser cuidadora”

Fonte: elaborada pelos autores

Tabela 5 - Respostas dos apoios

Você se sente capacitada o suficiente para trabalhar com crianças/adolescentes que possuem transtornos/deficiências?	
Entrevistada A	Acho que uns 80%, ainda falta muito para gente se sentir segura, todo ano muda, ano passado eu trabalhei com uma que tinha Down, foi muito tranquilo pra mim, mais sempre vai mudando, às vezes pode ser um autista, ou ter imperatividade e cada um tem o seu jeito, então a forma de trabalhar tem que ser diferente com cada um. “
Entrevistada B	“Me sinto muito capacitada né” ...
Entrevistada C	“Ainda 100% não, por mais que eu trabalhe há alguns anos, terceiro ano já, mais sempre tem uma coisa nova, é muito complicado porque cada um é diferente, eu não me sinto pronta para receber diferentes tipos de aluno anualmente”.
Entrevistada D	“Não me sinto capacitada, sempre é um desafio, não é 100%, tipo se me trocarem de criança e botarem outra criança para cuidar, é um novo desafio tipo se for uma criança autista muito imperativa, aí já não vou saber lidar...”
Entrevistada E	“Eu não me sinto muito preparada, mais já faz três anos que eu sou...cada dia a gente melhora. Ano passado eu ficava com um menino que tinha TDAH, aí era bem mais fácil, agora com João ² que ele tem autismo nível 3, é complicado, porque ele tem, tipo, como eu posso dizer, ele tá bem aí do nada ele já se agitada com uma coisa que nem eu entendo, ele tá normal, aí do nada ele quer correr, quer fazer num sei o que , eu fico meio preocupada, mais eu tô começando a lidar com ele, já faz 5 meses então..”

Entrevistada F	“Sinceramente, não. Eu acho que toda capacitação ainda é pouco, porque as capacitações que a gente tem, os cursos que a gente faz ainda é pouco, porque todo dia tem algo novo, todo dia a gente aprende algo novo com eles e quanto mais formações, mais a gente aprende e eu acredito que isso pra eles também ‘bom, porque quanto mais a gente aprende, mais eles aprendem.’”
Entrevistada G	“Na verdade mulher, não totalmente, mais eu me sinto capacitada, tipo em relação a formação que a gente já teve, dá para ter um básico conhecimento como é que lida com a doença de cada criança, que não podemos dizer nem doença, mais querendo ou não a cada ano, tem uma criança nova, é uma experiência nova, uma aprendizagem nova e para saber lidar com cada doença você tem que buscar conhecimentos, estudar para lidar com cada situação da criança, a doença da criança, os momentos de saber lidar com os conflitos, porque a gente sabe que tem, porque querendo ou não, eles tem esse “momentinho” deles. Pronto, eu nunca tinha visto meu aluno com problemas em relação a barulho, a gente foi para um momento de cinema na sala, tava barulho e ele foi pro cantinho e tampou o ouvido, ele nunca tinha feito, nem na sala dele, eu nunca tinha visto isso, e querendo ou não todo dia é um novo aprendizado”.
Entrevistada H	Eu me sinto, mais não é 100%, nunca é, mais eu me sinto segura, tem muitos desafios, aos poucos a gente vai aprendendo, já vi cuidadora que não conseguiu lidar, a criança chora e o cuidador já se desespera, e não é assim, as formações também ajudam a isso.
Entrevistada I	“Me sinto mais ou menos, a gente sempre tá adquirindo conhecimentos, com o passar do tempo a gente vai ganhando mais conhecimentos, adquirindo, a gente vai criando mais segurança, com as formações ajudam muito né, às vezes a gente não tá sabendo de alguma coisa, aí vem uma formação, te explica aí tu já fica mais por dentro do assunto, como a gente sempre tem acompanhamento com as psicólogas a gente também pede ajuda, pergunta.
Entrevistada J	“Sentir segura, a gente nunca se sente, ainda mais no começo do ano a gente fica com uma ansiedade para saber quem será a criança, de início é um desafio, mais com o tempo você se adapta com a criança entendeu, eu acho que a gente vai aprendendo a cada dia, porque todo ano a gente a gente troca e isso não sentindo, porque a criança já tá adaptada.”

Fonte: elaborada pelos autores

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa de campo, pode-se concluir, o quanto os profissionais de apoio escolar necessitam de mais momentos formativos, sobretudo, que abordem de fato as situações cotidianas, os cuidados necessários e as metodologias que precisam ser desenvolvidas para colaborar com o ensino e a aprendizagem de crianças com necessidades específicas de aprendizagem.

Nessa perspectiva, os apoios escolares no momento da pesquisa de campo, apontaram outra questão pertinentes, tais como: aos tipos de deficiência, que são diversas e que, muitas vezes, a cada ano, é um estudante diferente revelando a rotatividade de crianças anualmente ou semestralmente. Essa rotatividade, como já citado, acaba por tornar o processo de adaptação mais delicado e moroso, tendo em vista que, dependendo da deficiência que a criança possua, existem diversos fatores que implicam nesse processo, necessitando, portanto, de um profissional qualificado ou do mesmo que o acompanhou no ano anterior.

Desse modo, em relação às crianças que são atendidas nas instituições de ensino, cada uma tem suas potencialidades, comportamentos e dificuldades que precisam ser tratados com atenção e conhecimento. Pode-se compreender que as formações precisam ser mais diversas e abordar as inúmeras diferenças existentes no contexto escolar, em um sentido mais amplo, pois, conforme citado por uma das pessoas que conversamos, a maioria das formações se restringe, majoritariamente, a apenas uma deficiência específica, o que acaba por deixar a desejar em relação a outros transtornos.

Outro aspecto abordado na pesquisa, diz respeito em relação a formação profissional dos apoios escolares. Por meio do estudo, foi possível concluir que esses profissionais têm um perfil bem semelhante, ou são estudantes de cursos voltados para a educação ou estão na função por ser uma opção momentânea de trabalho, e esses fatos implicam diretamente no trabalho cotidiano com as crianças, tendo em vista que a qualificação, os estudos e a pesquisa são aliados importantes dos sujeitos que atuam diretamente na educação.

Também se notou um ponto comum entre alguns participantes da pesquisa, as quais veem a necessidade de se qualificar e que ainda existem muitas dúvidas e inseguranças acerca do desempenho da função. Isso demonstra que as pessoas que atuam nesse cargo precisam buscar aperfeiçoamento para que tenham noções básicas sobre as deficiências. Esse apontamento, relativo ao reconhecimento da qualificação e formação, vai ao encontro dos objetivos deste trabalho, destacando a importância dada a momentos formativos contínuos, que proporcionem conhecimentos fundamentados, baseados realmente em teses que irão contribuir significativamente com o trabalho desenvolvido dentro do contexto escolar.

Outro fato observado, no município em questão, é que há um número expressivo de apoios, que atuam em diversos níveis de ensino, em decorrência dos altos índices de diagnóstico. Ainda, outro fato que chama atenção em relação ao município, e deve ser ressaltado, é em relação a disposição de recursos voltados para a inclusão de pessoas com deficiências, seja na educação, lazer, cultura e infraestrutura, são ações que, de certa forma, reverberam dentro da escola e em todo o contexto educacional.

Assim, é possível concluir que os objetivos deste trabalho foram alcançados, de modo que o trabalho do apoio escolar foi observado de perto, saindo dos embasamentos teóricos, que acabam por limitar a realidade, sobretudo, quando se trata de um município situado no interior do Ceará, onde há poucos documentos norteadores, no que trata da Educação Inclusiva e a relação apoio escolar e formação. Através do contato direto com os apoios, com uma escuta ativa, foi possível compreender e ressaltar o quão a formação profissional faz a diferença no desenvolvimento de um trabalho de qualidade, seguro e intencionado.

É imprescindível, concluir, salientado que por mais que existam as iniciativas de inclusão e a garantia dos direitos, é importante que seja revisto e regulamentado o papel do profissional de apoio escolar, como um agente de inclusão que tem uma função indispensável dentro das instituições de ensino, mais que necessita ser norteada e regulamentada, para que não haja lacunas no momento do exercício da função e que precisa ser exercida por pessoas responsáveis e com formação, seja ela como pré-requisito ou durante a atuação, para que assim, de fato exista um trabalho significativo e intencional.

Através da experiência em campo, foi possível notar que por mais que existam iniciativas de formações, é importante que essas ações sejam desenvolvidas com mais objetividade e intencionalidade, como aborda o apoio (E), que existem as formações, porém as quais se restringem a apenas algumas deficiências, como o autismo, e isso acaba por refletir no trabalho dos apoios que lidam com crianças diversas, não apenas com autistas, mas, com crianças deficientes que podem possuir deficiência física, visual, auditiva, motora ou múltipla.

Dessa forma, ficou explícito que falta uma formação voltada para a diversidade de deficiências, com a oferta de um suporte adequado, preciso e contínuo, pois, na pesquisa também foi destacado que não há de fato um suporte dado pela escola ou pela secretária de educação, sendo um fato que precisa ser revisto.

Assim, a criação de uma lei específica que trate dos apoios é de demasiada importância, pois, uma legislação garante e assegura os direitos e deveres de uma determinada classe. Diante disso, os apoios escolares teriam o seu trabalho regulamentado, e com isso teriam um norte de suas atribuições, formação e deveres, fazendo com que o trabalho fosse desenvolvido de maneira mais intencional e articulada. Além disso, parece-nos que o ato de apoiar funciona como um cabide de empregos no município, contribuindo para a desvalorização desses agentes e a postergação de normativa específica que legisse sobre como deve ocorrer o processo de seleção. Observamos nos relatos que, na maioria das vezes, a forma de ingresso na função, é através de indicação política, os “apadrinhamentos”, o que torna a função um balcão eleitoreiro de emprego, com pessoas de diversos perfis, que nem sempre entendem a educação, as pessoas e suas singularidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2009. Disponível <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 2001a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em 20 agos. 2024.

FRANÇA, Milena Genuíno et al. O cuidador escolar como agente de inclusão. Millena Genuíno França-Maceió, 2020. 11f.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi. Formação de vínculos e interação entre cuidadores e crianças em um abrigo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pngenfermagem/files/2017/03/TESE-Ruth-Irmgard-B%C3%A4rtschi-Gabatz.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Nacional-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 02 abr. 2024

MATOS, Érica Gonçalves de; SIMPLÍCIO, Antônia Karina Mota. A contribuição do cuidador escolar na Educação Inclusiva. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.

Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. 3. ed. d. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. 264 p.

Política Nacional de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 20 nov.2023.

SILVA, Sayonara Meireles da. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO CUIDADOR ESCOLAR NO ACOMPANHAMENTO DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14174?locale=pt_BR . Acesso em 20 mai.2024

SILVA, Kévvvia Dawlay Lima Da et al. A capacitação dos cuidadores escolares e sua implicação na construção de uma educação inclusiva. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67522>. Acesso em: 01 jun. 2024.

UNESCO (1994) Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1996).

COSTA, VILARONGA. Papéis dos profissionais de apoio escolar a Educação Infantil em um município do Pará. Zero-a-Seis, vol.24, no. Especial, 22 jul 2022. Universidade Federal de Santa Catarina. p.769-793. Disponível: [file:///C:/Users/Mariana/Downloads/DialnetPapeisDosProfissionaisDeApoioEscolarNaEducacaoInf-a-8634768%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Mariana/Downloads/DialnetPapeisDosProfissionaisDeApoioEscolarNaEducacaoInf-a-8634768%20(2).pdf). Acesso em: 20 out 2024.